



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

REQUERIMENTO DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE LIMITES

MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS



FUNDAÇÃO NACIONAL DOS
POVOS INDÍGENAS

Ministério dos Povos Indígenas

URL: <https://www.gov.br/povosindigenas/>

Esplanada dos Ministérios
Bloco F
70056-900, Brasília – DF

Presidenta

Joenia Wapichana

Diretor de Demarcação de Terras Indígenas

Manoel Batista do Prado Junior

Coordenadora-Geral de Geoprocessamento

Rosane Amaral Alves Da Silva

Coordenador de Informação Geográfica

Rafael Wasowski Aguiar

Coordenador de Demarcação

José Antônio de Sá

Equipe Técnica

Gabriela Teixeira Justino
Débora Silva dos Santos

Fundação Nacional dos Povos Indígenas

URL: <http://www.gov.br/funai/>

Sede

Edifício Parque Cidade Corporate
Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 09, Torre B
70308-200, Brasília – DF

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS;
DIRETORIA DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS;
COORDENAÇÃO-GERAL DE GEOPROCESSAMENTO.


Cartilha de Requerimento de Declaração de
Reconhecimento de Limites. Brasília, DF: FUNAI,
2025. 12p.

1. Terras Indígenas
 2. Proteção de Terras Indígenas
 3. Declaração de Reconhecimento de Limites
-



SUMÁRIO

O que é a DRL?.....	4
Documentação.....	4
Procedimento de Requisição	5
Preenchimento do Pré-requerimento	5
Perguntas Frequentes.....	9



O QUE É A DRL?

A Declaração de Reconhecimento de Limites (DRL) é um documento oficial emitido pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), destinado a proprietários de imóveis privados cujos limites confrontam com terras indígenas.

A DRL declara que os limites imóveis privados respeitam os limites de terras indígenas, reservas indígenas e terras dominiais indígenas, e serve também de anuência de confrontação para certificação de imóveis rurais para atender à Lei Federal nº 10.267/2001 (Lei do Georreferenciamento).

A emissão da DRL é condicionada à análise técnica cartográfica realizada pela Diretoria de Demarcação de Terras Indígenas da FUNAI. O requerimento deve ser formalizado por meio de formulário assinado por via eletrônica ou com firma reconhecida, acompanhado de memorial descritivo e planta topográfica em formatos específicos, todos assinados por profissional habilitado com Anotação de Responsabilidade Técnica, além das coordenadas georreferenciadas dos limites do imóvel.

DOCUMENTAÇÃO

Para solicitar a DRL, o interessado (proprietário ou representante legal) deve apresentar os seguintes documentos:

- Requerimento padrão assinado por via eletrônica ou com firma reconhecida;
- Documentos de domínio (registro imobiliário) e identificação do(s) detentor(es);
- Código do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)/INCRA;
- Planilha ODS com os dados georreferenciados, submetida no SIGEF;
- Relatório técnico do levantamento topográfico para imóveis não submetidos ao SIGEF;
- Planta do imóvel em formato PDF;

- Arquivos digitais em formato Shapefile (.shp, .shx, .dbf, .prj). Os arquivos em formato shapefile devem ser compactados em um arquivo ZIP antes do envio;
- Memorial descritivo com coordenadas dos vértices em formato PDF;
- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável.

PROCEDIMENTO DE REQUISIÇÃO

A DRL pode ser solicitada de forma eletrônica através do procedimento a seguir:

Passo 1: Preencher o formulário de pré-requerimento de DRL disponibilizado *online*. O passo a passo para esse preenchimento está descrito na próxima seção deste documento.

Passo 2: Assinar o formulário de requerimento. São aceitas assinaturas digitais de ICP-Brasil, GOV.BR ou internacionais.

Passo 3: Protocolar o requerimento e enviar a documentação necessária através do [Protocolo Eletrônico da FUNAI](#). Para acessar a cartilha de utilização do Protocolo eletrônico da FUNAI, [clique aqui](#).

PREENCHIMENTO DO PRÉ-REQUERIMENTO

A FUNAI disponibiliza aos interessados um formulário eletrônico de pré-requerimento padrão para solicitação de DRL. Com esse formulário, o requerente pode fornecer todas as informações pertinentes

necessárias e executar o *download* do requerimento padrão preenchido no formato exigido em PDF. Para acessar o formulário, [clique aqui](#).

O passo a passo para preenchimento do formulário é descrito a seguir:

DADOS DO REQUERENTE

- Passo 1:** Preencher nome completo do proprietário ou empresa detentora do imóvel.
- Passo 2:** Preencher Cadastro de Pessoa Física (CPF), se pessoa física, ou o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), se empresa.
- Passo 3:** Informar e-mail válido para contato com o detentor do imóvel.
- Passo 4:** Informar endereço de correspondência do detentor do imóvel. Com a inserção do CEP, as informações referentes a logradouro, bairro e cidade serão preenchidas automaticamente.
- Passo 5:** No caso de submissão do requerimento por procurador nomeado por procuração pública, é obrigatório inserir também seu nome, CPF e e-mail válido para contato.

O formulário contém os seguintes campos:

- Nome do Requerente *** (campo 1)
- CPF/CNPJ *** (campo 2)
- E-mail do Requerente *** (campo 3)
- CEP *** (campo 4, parte de um grupo)
- UF *** (campo 4, parte de um grupo)
- Município *** (campo 4, parte de um grupo)
- Endereço de Correspondência *** (campo 4, parte de um grupo)
- Cidade *** (campo 4, parte de um grupo)
- Bairro *** (campo 4, parte de um grupo)
- Representante Legal (se houver)** (campo 5)
- CPF do Representante Legal** (campo 5)
- E-mail do Representante Legal** (campo 5)

Os campos 4 e 5 estão agrupados por uma linha vermelha contínua.

Figura 1 – Campos para preenchimento com os dados do requerente

INFORMAÇÕES DO IMÓVEL

- Passo 6:** Informe o nome do imóvel.
- Passo 7:** Informe a área do imóvel em hectares.
- Passo 8:** Informe a unidade da federação e o município onde se localiza o imóvel.
- Passo 9:** Informe o código da parcela no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF). Esse código é

disponibilizado automaticamente pelo SIGEF quando da submissão das peças técnicas de georreferenciamento para análise naquele sistema. Caso não tenha sido realizado cadastro junto ao SIGEF, clicar em “*Não informado*”.

Passo 10: Informe o código do imóvel no SNCR. O código do imóvel rural consta no Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) e na descrição da matrícula fornecida pelo cartório de registro de imóveis. É composto por 13 números e difere do número do CCIR.

Denominação do Imóvel * 6

Superfície Total (ha) * 7

UF * 8 Município * 8

Selecione o Estado Selecione o Estado primeiro

Protocolo de Submissão no SIGEF 9

☐ Não informado

Código do Imóvel no SNCR * 10

Código de 13 números.

Figura 2 – Campos para preenchimento com os dados do imóvel

REGISTROS/MATRÍCULAS DO IMÓVEL

Passo 11: Informar unidade da federação e município onde o imóvel está registrado;

Passo 12: Informar número de matrícula e CRI / Comarca do registro;

Passo 13: Informar, se houver, as outras informações pertinentes como número do livro e folha, data do registro e área em hectares declarada no registro.

Passo 14: Caso o imóvel possua mais de um registro ou matrícula, clicar em “*Adicionar mais um registro*” e repetir os passos 11 a 13 até que todos os registros ou matrículas sejam adicionados.

UF * 11 Município * 11

Selecione o Estado Selecione o Estado primeiro

Matrícula Nº * 12

Livro Nº

Folha/Ficha Nº

Data do Registro 13

dd/mm/aaaa

Superfície (ha)

CRI / Comarca * 12

Adicionar mais um registro 14

Figura 3 – Campos para preenchimento com os dados de registro do imóvel

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Passo 15: Informar o nome do profissional responsável técnico pelo georreferenciamento e respectivo memorial descritivo.

Passo 16: Informar o código identificador do credenciado (pode conter letras e números).

Passo 17: Informar a atribuição profissional do responsável técnico.

Passo 18: Informar o número do registro profissional ou visto do responsável técnico junto ao CREA ou CFT.

Passo 19: Informar o número da ART, específica para o imóvel da solicitação.

Passo 20: Informar o número de telefone com DDD e e-mail válido do responsável técnico.

O formulário contém os seguintes campos:

- UF *** (11): Seleção do Estado.
- Município *** (11): Seleção do Estado primeiro.
- Matrícula Nº *** (12): Campo para o número da matrícula.
- Livro Nº**: Campo para o número do livro.
- Folha/Ficha Nº**: Campo para o número da folha/ficha.
- Data do Registro** (13): Formato dd/mm/aaaa.
- Superfície (ha)**: Campo para a área em hectares.
- CRI / Comarca *** (12): Campo para o número do CRI ou comarca.
- Adicionar mais um registro** (14): Botão para adicionar mais um registro.

Figura 4 – Campos para preenchimento com os dados do responsável pelo georreferenciamento e memorial descritivo

DECLARAÇÕES

O formulário apresenta três comunicados referentes a:

- Validade do requerimento apenas após assinado e protocolado oficialmente junto à FUNAI. O preenchimento do formulário *online* não completa o procedimento necessário para o início do processo de requerimento de DRL.
- Necessidade, no requerimento, de assinatura digital válida ou com firma reconhecida para prosseguimento do processo.
- Lista de documentos de envio obrigatório no ato de protocolar o requerimento.

Passo 21: É necessário que os comunicados sejam lidos e que o interessado declare ciência sobre cada um deles marcando os três referentes campos no formulário.

Passo 22: Por fim, após a validação *Captcha*, o requerente pode clicar em “*Enviar Pré-Requerimento*” para obter o formulário preenchido.

ATENÇÃO: Documentos obrigatórios


Importante: A ausência de qualquer um dos documentos listados abaixo poderá resultar em **atrasos na análise do seu processo**. Certifique-se de providenciar e protocolar todos os itens.

1. Documentos de dominialidade do imóvel: Registro imobiliário;
2. Código do imóvel: SNCR/INCRA;
3. Relatório Técnico;
4. Planta do Imóvel (PDF) e Arquivos Digitais: Arquivo shapefile (.shp, .shx, .dbf, .prj);
5. Memorial Descritivo (PDF) e Planilha ODS;
6. Anotações de Responsabilidade Técnica - ART;
7. Relatórios resultantes de processamento.

☐ Declaro estar ciente de que a falta de quaisquer dos documentos acima poderá acarretar atraso na análise do processo.

21

☐ Sou humano


Privacidade - Termos e Condições

Enviar Pré-Requerimento

22

Figura 5 – Procedimentos finais para envio do pré-requerimento

PERGUNTAS FREQUENTES

PARA QUE SERVE A DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE LIMITES (DRL)?

A Declaração de Reconhecimento de Limites é um documento oficial emitido pela autoridade máxima FUNAI com os seguintes objetivos principais:

- Certificar que os limites de imóveis privados **respeitam os limites de terras indígenas**;
- **Servir como anuência de confrontação** para fins de certificação de imóveis rurais junto ao INCRA, conforme exigido pela **Lei Federal nº 10.267/2001** (Lei do Georreferenciamento);
- **Evitar sobreposição indevida** entre imóveis privados e áreas indígenas reconhecidas, protegendo os direitos territoriais dos povos indígenas e garantindo segurança jurídica aos proprietários de imóveis confrontantes;
- **Subsidiar o processo de regularização fundiária** e o registro de imóveis rurais, especialmente

em casos em que há confrontação com terras indígenas.

EM QUAIS CASOS A FUNAI EMITE A DRL?

A DRL é emitida **somente aos imóveis limítrofes** a terras indígenas.

POSSO ASSINAR DIGITALMENTE O REQUERIMENTO DE EMISSÃO DA DRL?

Sim. São validas assinaturas digitais ICP-Brasil, GOV.BR ou internacionais.

Caso o requerente ou representante legal possua conta GOV.BR, basta acessar o [Portal de Assinatura Eletrônica](#) e seguir os passos descritos.

COMO PROTOCOLAR O REQUERIMENTO DE EMISSÃO DA DRL?

Preferencialmente, o requerimento deve ser protocolado via Protocolo Digital. O procedimento detalhado para protocolar documentos junto à FUNAI de modo digital é descrito na [Cartilha do Protocolo Digital](#). A seguir, é providenciado um resumo de suas instruções:

Opção 1 – Protocolo Digital

- Passo 1:** Acesse o [Protocolo Digital da Funai](#) e clique em Iniciar;
- Passo 2:** Faça login com a conta GOV.BR;
- Passo 3:** No campo “Tipo de Solicitação”, selecione: *Protocolar documentos junto à Funai*;
- Passo 4:** Como documento principal, anexe o requerimento de DRL preenchido e assinado;
- Passo 5:** Como documentos complementares, anexe o restante da documentação obrigatória descrita nesta cartilha;
- Passo 6:** Assinale a concordância com o Termo de Veracidade das Informações e envie a solicitação.

Opção 2 – Protocolo de qualquer Unidade da FUNAI (processamento via Sistema SEI)

MEU IMÓVEL ESTÁ PARCIALMENTE SOBREPOSTO A UMA TERRA INDÍGENA. POSSO REQUERER A DRL?

Não. Em caso de sobreposição entre o imóvel e a terra indígena, a FUNAI **não** emite a DRL. É necessário que seja feita a **correção dos limites** do imóvel em cartório, passando a respeitar os limites da terra indígena. Após a correção, pode ser feito o requerimento da DRL.

MEU IMÓVEL ESTÁ PRÓXIMO A UMA TERRA INDÍGENA, MAS NÃO É LIMÍTROFE. POSSO SOLICITAR A DRL?

Não, a Declaração de Reconhecimento de Limites é destinada exclusivamente para imóveis confrontantes a terras indígenas.

MEU IMÓVEL ESTÁ PRÓXIMO A UMA TERRA INDÍGENA, MAS NÃO É LIMÍTROFE. POSSO SOLICITAR O ATESTADO ADMINISTRATIVO PARA REALIZAR ESSA COMPROVAÇÃO?

O Atestado Administrativo, regulamentado pela Instrução Normativa (IN) FUNAI nº 3 de 20 de abril de 2012, destinava-se a atestar a situação geográfica de imóveis de terceiros em relação às terras indígenas regularizadas ou em processo de demarcação. Essa IN foi revogada com o advento da IN nº 9 de 16 de abril de 2020, e da IN nº 30 de 9 de agosto de 2023, que regulam a emissão da Declaração de Reconhecimento de Limites. Dessa forma, **a FUNAI não mais emite o Atestado Administrativo.**

COMO POSSO VERIFICAR OS LIMITES DAS TERRAS INDÍGENAS PRÓXIMAS A MEU IMÓVEL?

A FUNAI disponibiliza os limites das terras indígenas para consulta pública. O [Painel de Terras Indígenas no Brasil](#) apresenta esses dados em formato de fácil visualização online. No mesmo painel, essas informações também estão disponíveis para *download* em diversos formatos por terra indígena e para todo o país.



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS